

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

A actividade piscatória não tem sido muito exigente em termos de adequada formação profissional. Talvez por esta razão, não se tem proporcionado aos pescadores a oportunidade de adquirirem as competências ajustadas e necessárias a um desempenho optimizado das suas funções a bordo.

Consequentemente, o sector das pescas sente cada vez mais uma carência de mão de obra qualificada, situação que também tem a ver com a dureza do próprio trabalho no mar.

Por isso, importa apostar na valorização, qualificação e habilitação técnica dos recursos

humanos do sector das pescas, bem como na própria valorização da capacidade empresarial do sector, desenvolvendo acções de apoio técnico a agentes económicos e alargando o mais possível uma oferta formativa mais diversificada e adaptada a diferentes contextos e destinatários.

Para além dos cursos de curta duração, já ministrados aos pescadores, no âmbito da actividade da LOTAÇOR, torna-se necessário promover cursos de formação profissional aos níveis 2 e 3 do curriculum formativo do ensino técnico-profissional.

Nos Açores, existem muitos e variados cursos profissionais, com uma rede de escolas profissionais dirigidas às mais diversas áreas, mas não destinados para as pescas. Por isso, deixo aqui este alerta, a fim de contribuirmos para que este sector seja valorizado e deixe de ser, aos olhos dos cidadãos, como um parente pobre da economia dos Açores.

Houve já uma tentativa de promover cursos de pesca na Escola Profissional da Ribeira Grande com a duração de dois e de três anos. No entanto, muito poucos chegaram ao fim, pois os alunos com menos apetência para irem para a escola aderiram, em alternativa, aos cursos de curta duração, ministrados pela LOTAÇOR, apenas com o fito de obterem rapidamente a cédula marítima, o que lhes permite exercer de imediato a actividade piscatória.

No Continente, o FORPESCAS, a entidade com vasta experiência na certificação de cursos, no âmbito das pescas, bem com na realização de acções de formação profissional com uma grande variedade de cursos no sector, foi extinta.

O governo da República acabou por criar o Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, designado por FOR-MAR, que é o novo organismo que passou a fazer a certificação da formação dos cursos técnico-profissionais e que resultou de um

protocolo estabelecido entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional e a Direcção Geral das Pescas e Aquicultura, homologado em Abril do ano passado.

Contudo, a abrangência desta nova entidade passou a circunscrever-se apenas ao território do Continente, com diversas delegações em várias cidades ligadas às pescas, onde existem escolas de formação profissional destinadas ao sector, localizadas, designadamente, nos portos de Viana do Castelo, Póvoa do Varzim / Vila do Conde, Matosinhos, Ílhavo, Figueira da Foz, Peniche, Sesimbra e Olhão.

Os Açores e a Madeira ficaram de fora, sem que exista nenhuma estrutura com as atribuições da coordenação da formação profissional no sector das pescas e com competência para ministrar formação na área.

Importa, por isso, criar nos Açores estruturas

destinadas a leccionar cursos de segundo e terceiro níveis na área das pescas, de modo a possibilitar que os alunos fiquem equiparados aos nono e o décimo segundo anos, bem como proceder à respectiva certificação.

É preciso combater a ideia que esta área continua a desenvolver-se pouco e ser considerada pela sociedade como um sector marginal.

É preciso investir ainda mais nas pescas, mormente com a formação nos domínios da mestrança, marinhagem, máquinas marítimas, segurança básica, construção naval, transformação do pescado e aquicultura, porque só assim poderemos fortalecer e estruturar este sector, tão importante para a nossa economia.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

É na generalidade reconhecido que o mar é uma das grandes potencialidades dos Açores e deverá ser uma das suas principais fontes de desenvolvimento sustentado. As pescas deverão, por isso, contribuir para o fortalecimento da nossa economia.

Existem algumas entidades privadas disponíveis para na área da formação técnico-profissional, aguardando apenas o sinal e o estímulo para se lançarem na abertura de cursos de segundo e terceiros níveis.

Não podemos ficar inactivos, face à nova realidade legislativa nacional e o Governo Regional tem de se envolver nesta área de formação profissional, para que as pescas possam constituir mais um sector de progresso e desenvolvimento dos Açores.

O governo tem de continuar a investir neste sector, designadamente na formação para que esta



actividade seja reconhecida e conquiste a dignidade que merece.

Disse.

António Pedro Costa